

# CAIO PRADO JÚNIOR: UMA NOVA POSSIBILIDADE DE OLHAR O BRASIL<sup>1</sup>

Dalcy da Silva Cruz – UFRN

## RESUMO

Discute-se a importância da obra de Caio Prado Júnior para a renovação das Ciências Sociais no Brasil, por apresentar uma visão distinta daqueles que tentaram explicar a formação social brasileira nas décadas 20/30. Além de renovar do ponto de vista metodológico, o autor procurou, em seus escritos, introduzir conceitos pouco presentes nas análises anteriores. Ao formular uma problemática, que se refere à construção da identidade nacional, parte da realidade concreta, tornando o “sentido” da colonização como uma empresa mercantil, cuja produção era destinada ao mercado externo, apoiando-se na força de trabalho escravo.

Palavras-chave: Caio Prado Júnior - Ciências Sociais - Brasil.

## ABSTRACT

The importance of the work of Caio Prado Junior is discussed in regard to the renovation of Social Sciences in Brazil, to present a distinct vision for those that try to explain the social make up of Brazil, in the 1920's and 30's. Besides renovating, from the point of view of methodology, the author seeks, in his writings, to introduce concepts that are seldom present in prior analyses. To formulate a problem that refers to the construction of a national identity, the author is based on concrete reality, turning the “meaning” of colonization into a commercial business in which the production was destined to be for an external market, and supported by slave labor.

<sup>1</sup> Texto apresentado no Seminário Visões do Brasil promovido pelo Departamento de Ciências Sociais e os Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Estudos da Linguagem – Departamento de Letras.

Key words: Caio Prado Júnior - Social Sciences - Brazil.

## INTRODUÇÃO

Nessa virada de século, pensar e repensar a realidade brasileira vem sendo uma constante e uma necessidade tanto nos meios universitários, como nos de comunicação. Essa necessidade está ligada a um debate que já vem ocorrendo desde o começo do século XX, que é a questão da identidade nacional, presente desde as primeiras leituras sobre o Brasil. E, para mergulhar nesse debate, nada melhor do que revisitar um dos pensadores da história brasileira, cuja maior preocupação foi identificar essa história: Caio Prado Júnior.

Intelectual, se sobressai no contexto do ensaio com uma visão distinta dos demais, tanto daqueles que tentaram explicar o Brasil na década de 20, como dos seus contemporâneos dos anos 30 como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.

Seu primeiro livro em 1933 – *Evolução Política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* – já anuncia sua concepção sobre a formação social brasileira, a partir de um “método relativamente novo”, o materialismo histórico, inaugurando um novo estilo de pensar o Brasil. Entende que os trabalhos, até então produzidos, partem da superficialidade da história, deixando entrever apenas os efeitos da colonização, obscurecendo a essência dos acontecimentos. Este ensaio, de certa forma, revoluciona as Ciências Sociais, abrindo uma nova possibilidade de olhar o Brasil. Ele mesmo admite que no conteúdo da obra está embutido o germe da renovação, no que diz



respeito à maneira de interpretar o Brasil, pois se trata não de uma história, mas de uma síntese da evolução política do país em forma de ensaio.

Quanto à novidade metodológica, com uma certa modéstia, apesar do pioneirismo, confessa que outros pensadores, certamente, já a tenham utilizado. Não se coloca, por conseguinte, como precursor desse aporte teórico-metodológico. Com efeito, Konder (1989) fala de outros estudiosos, militantes de esquerda, que o antecederam nessa façanha. Um deles é Antônio Piccarollo, professor de latim, que em 1908 tenta “*escrever uma síntese da evolução política do Brasil...*” (p.133). Aponta ainda o jornalista Antônio dos Santos Figueiredo, “*intelectual socialista independente*”, que escreve em 1926 o livro *Evolução do Estado no Brasil*. O primeiro, ainda imbuído do materialismo mecanicista; enquanto o segundo, de um materialismo contemplativo, diz Konder.

No rol dos precursores pode ser lembrado, também, Octávio Brandão, farmacêutico autodidata, militante da esquerda que em 1926 publica *Agrarismo e Industrialismo*, como um dos principais teóricos do Partido Comunista do Brasil - PCB. Se Caio Prado Júnior tomou conhecimento desses trabalhos, é uma discussão que não tem aparecido nas inúmeras obras que falam de sua produção. É bem possível que sim.

O fato é que a esquerda no Brasil, naquele período, sofria de uma grande insuficiência teórica. Isso, certamente, ajudou ao pensador paulista a ser considerado um pioneiro, realizando a façanha intelectual nos anos 30, “*ao superar o obstáculo interno contribuído pelas graves fragilidades teóricas de seus predecessores brasileiros no campo da ‘interpretação materialista’, e também ao escapar da pressão externa decorrente da codificação oficial do ‘marxismo-leninismo’*” Konder, 1989, p.139). Mas, é certo, que cabe a Caio Prado Júnior uma posição pioneira, embora alguns críticos o tenham “rotulado” de mercantilista, circulacionista ou mesmo reformista. A verdade é que sua explicação sobre a formação do Brasil, suas origens, tem resistido ao tempo e às críticas.

Como militante político, participa de vários acontecimentos, como festas oficiais, filia-se ao Partido Democrático, deixando-o logo depois para fazer parte do quadro do Partido Comunista Brasileiro, em 1931. Aí se dedica à organização da classe operária, sempre militando nas bases do Partido. Em 1935, assume a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora e candidata-se a deputado estadual, sendo eleito em 1947. Sua vida é caracterizada por uma permanente dinamicidade, embora os seus textos apresentem uma certa continuidade de argumentos que por vezes se tornam repetitivos.

Contudo, da panorâmica intelectual, emerge um pensador que rompe, tanto com a sua classe de origem – a burguesia – quanto com a historiografia brasileira, através de um novo estilo de pensar o Brasil à luz do materialismo histórico.

## 1 – O INTELLECTUAL RENOVADOR

Caio Prado Júnior, ao anunciar em 1933 no seu ensaio que se tratava de um método novo para “*analisar a história brasileira*”, está também inovando com a introdução de conceitos pouco presentes nas análises, como a questão das classes sociais, ao referir-se aos movimentos populares. Critica os estudos existentes que se ocupavam dos fenômenos na sua superficialidade, bem como a historiografia por ressaltar os feitos das classes dominantes, lembrando que, na história brasileira, “*os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial*” (Prado Júnior, 1933, p. 9). Com isso questiona a ausência de registros sobre as revoluções populares que ocorreram no século XIX, como a Cabanada, a Balaiada, e a Revolução Praieira de 1848.

Antecipa-se a um debate, marcando uma posição distinta dos demais, ao inaugurar uma interpretação da história com base num esquema conceitual até então ausente nos estudos dos “*explicadores do Brasil*”, tanto da década anterior, como dos seus contemporâneos, os quais se apoiavam na questão racial e no determinismo geo-



gráfico. Com sua análise, marca um momento singular na história do pensamento social no Brasil, com a fibra e a ousadia de anunciar o novo, quando os ensaios “*pertenciam a posturas e orientações diversas*”, consideradas por Santos (1978), como conservadoras e autoritárias.

Além disso, seus escritos podem ser qualificados como uma inovação no campo da história, visto irem além da crônica e do factual, características presentes nos ensaios que circulavam na sua época. O seu ensaio assume um caráter sociológico-interpretativo sobre a formação brasileira, “uma tentativa de redescoberta do Brasil”, com o ensaísmo vindo dos anos 20, que se consolida na década de 30. Essa renovação é delineada talvez pelas repercussões chegadas ao Brasil da Escola de Síntese de Henri Berr, a Escola dos Amaltes ou a Nouvelle Histoire de March Bloch e Lucien Lefebvre, as quais não passam despercebidas da intelectualidade brasileira. Esse momento é assinalado por Iglésias (1982), quando diz que “*o nosso país vive uma nova fase em fecunda efervescência intelectual (...). É nesse quadro de reformulações profundas que se inscreve a obra dos inovadores. Entre eles a de Caio Prado Júnior; uma das expressões dessa vanguarda*” (p.13).

As novas possibilidades abertas por este pensador, em 1933, vão ser aprofundadas com um novo ensaio editado em 1942 – *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia* – cujo esquema conceitual utilizado, naquele ano, está presente, agora, de forma mais consistente. Nesse trabalho, o autor formula uma problemática qual seja: a construção da identidade nacional, da nação enquanto projeto. Nessa formulação, Caio Prado toma como ponto de partida a realidade concreta, partindo do “sentido” da colonização que, na sua interpretação, assume as características de uma empresa mercantil, cuja produção, voltada para o mercado externo, é realizada em grandes extensões territoriais, tendo como suporte a mão-de-obra escrava. Esse “sentido”, diz o autor, está presente na história de qualquer povo. Ele é formado de “*uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem*” e que vai sempre numa certa direção. Enfim, ele se constitui no fio condutor que deve ser perseguido em qualquer análise

para se entender o encadeamento das partes que compõem os acontecimentos. É um sentido que pode variar conforme as condições internas e externas da realidade estudada.

Nessa perspectiva, para se conhecer com mais segurança a formação social brasileira, Caio Prado sugere que se vá buscar esse “sentido” em um momento anterior à “*transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil*”, o que significa retroceder na história e buscar o porquê da colonização, como se processou e quais as suas conseqüências desde o início. Procurar entender “*o conjunto das instituições, o sistema colonial na totalidade dos seus caracteres econômicos e sociais que se apresenta prenhe de transformações profundas*” (Prado Júnior, 1942, p. 5). É esse procedimento que confere à sua obra, um caráter de originalidade e renovação, sobretudo, no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, onde o autor articula esse “sentido” com a realidade concreta, procurando articular os vários elementos como ele mesmo assinala: “*geográfico, econômico, social, político*”. A compreensão, para entender a contemporaneidade brasileira, passa pela leitura do “*passado colonial que se balanceia e encerra com o século XVIII, mais as transformações que se sucederam no correr do centênio anterior a este e no atual*” (p. 6). Sua visão é a de que a formação da sociedade brasileira ainda está se processando pois afirma que “*o Brasil de hoje, o que salta à vista é um organismo em franca e ativa transformação, e que não se sedimentou ainda em linhas definidas; que não tomou forma*” (p. 7).

Diante dessa incompletude, porém, não nega que entre os elementos novos, embora excepcionais, estejam presentes elementos da velha ordem. Quer dizer, apesar das transformações ocorridas no processo, há ainda a presença marcante “*de uma realidade já muito antiga*”, que causa espanto, mas que teima em permanecer: é “*aquele passado colonial*” (p. 7).

Como esse “passado colonial” teimosamente persiste na realidade brasileira? Uma das formas, segundo sua visão, é a pouca organização do trabalho livre, o caráter da economia que continua a se apoiar numa “*produção extensiva para o merca-*



do exterior”, ausência de um mercado interno, resultando no caráter dependente em relação a outras economias. No campo social, sobretudo, as relações sociais ainda guardam “*um acentuado cunho colonial*”. Portanto, o “passado colonial” está tão presente na sociedade que causa admiração a “*quem percorre o Brasil de hoje*”. Quem viaja pelo país, diz Caio Prado, fica “*surpreendido com aspectos que imagina existirem nos nossos dias unicamente em livros de história; e se atentar um pouco para eles, verá que traduzem fatos profundos e não são apenas reminiscências anacrônicas*” (p. 7).

É verdade que o livro, escrito em 1942, refere-se àquele momento da história brasileira comparada ao passado colonial. Mas, uma análise mais atenta dos dias atuais mostra, certamente, que, apesar dos avanços de ordem tecnológica, econômica, social e cultural, a herança da colonização ainda permanece viva na história brasileira: a dependência a outros países, a divisão profunda de classes, as desigualdades sociais, enfim, as mazelas que foram impressas pelo processo de colonização. A questão da terra, que se agudiza com o passar do tempo com um processo de concentração intensivo, é um dos resquícios desse passado.

Desse modo, o “sentido” da colonização, que significou o interesse pelos produtos da colônia para serem comercializados, perdurou por longo tempo, sem que estivesse presente o sentimento de ocupação, como forma de povoar o novo território, mas estabelecer “*feitorias comerciais*” para a extração de produtos exóticos. Só depois viria o estabelecimento de “*uma base mais estável, mais ampla: seria a agricultura*” (p. 19). Os trópicos, portanto, representaram um grande atrativo ao europeu que “*não traria com ele a disposição de por-lhe a serviço neste meio físico e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele*” (Prado Júnior, 1942, p. 23).

Com efeito, o caráter que assume a colonização nos trópicos, particularmente no Brasil, é de uma grande empresa comercial, voltada para o comércio externo, explorada pelo trabalho com-

pulsório, por conseguinte “*trabalhadores subordinados e sem propriedade*”. Com essas características, a colonização assume “*um acentuado caráter mercantil; será a empresa de colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados*” (p. 25). Este é o verdadeiro “sentido” da colonização brasileira que o autor coloca como essencial para se entender o presente.

Para chegar a essa síntese, procura entender as particularidades da vida brasileira, como povoamento, raça, economia (grande lavoura e agricultura de subsistência, mineração e pecuária), e a organização social da colônia, para articular com os objetivos da colonização. No capítulo – organização social – Caio Prado toma a escravidão como um instituto, que vai direcionar a estrutura social do Brasil, pois ela exerce um papel influente em todos os setores da vida social, não no sentido de ter contribuído culturalmente, mas como “*instrumento vivo de trabalho*”. Com o nível cultural baixo desses “*povos bárbaros e semi-bárbaros*”, nada poderia se esperar, senão “*sua força bruta, material*”. Em vista disso, a contribuição do escravo negro ou índio na formação social brasileira, “*além daquela força motriz*”, é “*quase nula*”. Obteve-se dessa gente o “*esforço muscular primário, sob a direção e acoite do feitor. Da mulher, mais a passividade da fêmea na cópula (...), o ato físico apenas, com exclusão de qualquer outro elemento ou concurso moral. A ‘animalidade’ do homem, não a sua ‘humanidade’*” (Prado Júnior, 1942, p. 207).

À primeira vista, a análise do autor parece estilar um certo preconceito em relação a esses “*povos bárbaros e semi-bárbaros*”. Um certo desconhecimento dos elementos culturais que deixaram na formação do Brasil; mas ele se defende afirmando que poderiam ter contribuído mais “*para a nossa cultura*”, no sentido antropológico do termo. No entanto, foi mais uma “*contribuição passiva*”, no que tange à miscigenação, do que “*uma intervenção ativa e cons-*



trutora” pelo fato de ser aniquilado pela dominação. Nessa perspectiva, sua ação unilateral funciona muito “*mais como fermento corruptor*” da cultura branca (o caso do sincretismo religioso), do que mesmo como colaborador. A passividade da cultura dessas duas raças - negra e índia – fez com que a cultura branca se tornasse dominante, embora o contingente humano desse grupo fosse bem mais reduzido que o daquelas. Se não fosse a dominação, o aniquilamento, tanto o negro como o índio “*teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se tivesse procurado neles, ou aceito, uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico*” (Prado Júnior, 1942, p. 271).

No entanto, a colonização brasileira tomou uma direção diferente. Seu objetivo primeiro foi a utilização dos recursos naturais e a produção de forma extensiva, de “*gêneros altamente remunerados no mercado internacional*”. Quer dizer, o que estava em jogo era o lucro. Isto foi conseguido com esforço material. “*É o que se exigiu do negro e do índio que se incubiram da tarefa*” (p. 271).

Essa, aliás, não é a compreensão de um outro ensaísta contemporâneo de Caio Prado, Gilberto Freyre, que vai conferir à escravidão um outro papel, para ele muito mais digno e influente na formação da sociedade brasileira. A herança deixada pelo negro é significativa tanto na miscigenação, como nos costumes, como música, dança, alimentação, religião, principalmente, porque as relações escravo/senhor foram relações amistosas que quebraram a rigidez “*moral e doutrinária da Igreja medieval*”. Esses elementos tiveram forte influência na formação do caráter do povo brasileiro. Gilberto Freyre foi assim o intérprete do mundo colonial, suavizando os conflitos de classe ou raciais. Ambos, porém, Caio Prado e Gilberto Freyre, à sua maneira, constroem um Brasil com visões diferentes. O primeiro, a partir de uma explicação baseada em conceitos como estrutura, processo social e sistema de trabalho, mostrando a dominação e a exploração presentes nas relações entre branco e negro, sem realçar os aspectos culturais. Enquanto o

segundo, trabalha com a questão da cultura deixada pelo negro, enaltecendo o bom comportamento do colono português.

Além da grande contribuição, em termos de ressaltar as especificidades da história, os trabalhos de Caio Prado Júnior sempre giram em torno de um eixo central que é a identidade nacional, num movimento que vai da aparência à essência, articulando o empírico com o teórico e vice-versa, prática que se baseia no materialismo histórico. É nesse aspecto, principalmente, que se resume a sua inovação. Inova ao reconstituir a história da formação do Brasil, articulando o geral com o particular, numa visão de conjunto, o que o torna distinto dos demais ensaístas da época.

Em todos os seus escritos há uma preocupação: esclarecer, de forma interpretativa, a formação brasileira, tanto que Iglesias (1982) assinala que, “*além do valor das obras, pelas pesquisas e interpretações, a produção historiográfica de Caio Prado Júnior se distingue por ser a primeira em que o marxismo é sistemático e superiormente aplicado*” (p. 30). Daí ser sua obra considerada de grande valor no que diz respeito à contribuição para o pensamento social brasileiro.

## 2 – O POLÍTICO MILITANTE

A militância política de Caio Prado Júnior começa logo após sua formatura em Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em 1928. Filia-se ao Partido Democrático, de tendência liberal, que congrega a oposição aos fazendeiros do café que dominam a política desde a proclamação da República. Nas eleições de 1930 assume posição abertamente favorável à candidatura de Getúlio Vargas, tomando parte ativa na Revolução de 30. Durante a campanha, ao estar presente a uma cerimônia dedicada ao candidato oficial, Júlio Prestes, ergue um viva a Getúlio Vargas, sendo detido por algumas horas pela ousadia. Toma parte nas chamadas Delegacias Revolucionárias que tinham a função de investigar os atos de corrupção do antigo regime praticados nos distritos do Estado. Porém, desiludido com os rumos da política oficial, em 1931, abandona o Partido Democrá-



tico e filia-se ao Partido Comunista Brasileiro – PCB – onde permanece por toda a vida, apesar da sua independência teórica e ideológica. Nessa nova agremiação, dedica-se à organização e fortalecimento das bases, viajando pelo Brasil, para conhecer de perto seus problemas, e pelo exterior, participando de congressos e realizando estudos.

Em 1935, assume a vice-presidência da Aliança Nacional Libertadora – ANL. Quando do seu fechamento, Caio Prado é preso por quase dois anos. Em 1947 é eleito deputado estadual pelo PCB, cujo mandato tem pequena duração, em vista da cassação do Partido pelo governo Dutra. Continua, porém, sua militância, embora sem assumir cargos diretivos. Apesar do seu preparo teórico e da dedicação partidária, sua colaboração se restringe às bases. Há quem atribua essa participação restrita à sua condição de classe. No entanto, tal hipótese, para muitos, não tem sustentação, uma vez que sua coerência não deixa dúvidas quanto à sua honestidade. Há ainda os que atribuem essa atividade limitada à prática do Partido, voltada mais ao ativismo do que à reflexão teórica, o que torna dispensável sua colaboração intelectual.

O fato é que, com a capacidade e com o instrumental teórico que dispõe, Caio Prado, enquanto militante, produz pouco dentro e para o Partido. Seus escritos estão voltados mais para explicar o Brasil, do que mesmo para orientar a atividade partidária, exceções feitas, em 1935, quando redige o Programa da ANL e, em 1966, escreve *A Revolução Brasileira*, uma crítica às concepções do PCB e, de certa forma, um programa de ação revolucionária.

Como intelectual engajado, teve uma atividade muito mais intensa fora do que dentro do Partido. Faz palestra sobre a Rússia no Clube dos Artistas Modernos de São Paulo, em 1933, depois de uma viagem àquele país. Em 1935, participa da Associação dos Geógrafos Brasileiros, como membro da Comissão de redação da Revista de Geografia, contribuindo com vários artigos sobre temas geográficos. É eleito vice-

presidente da Aliança Nacional Libertadora. Depois de uma prisão, se exila na França e, ao regressar ao Brasil em 1945, inicia um movimento antifascista contra o Estado Novo. Participa como membro da Comissão do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo. Como deputado estadual, pela sigla do PCB, faz parte da Comissão da Assembléia Constituinte de São Paulo. Viaja ao Paraná e a Santa Catarina. Integra o Conselho da Revista *Observador Econômico*. Volta a viajar, desta vez para o exterior. Vai à Checoslováquia, à Polônia e a Paris, onde participa de um congresso pela paz.

Além de concorrer a concurso na Faculdade de Direito da USP, se introduz no mundo empresarial, fundando, em 1954, a *Revista Brasileira*, com recursos próprios, periódico que até 1964 veiculou temas como nacionalismo, política externa, questão agrária, etc., quando foi fechada pelo regime militar. Contribui para o debate, escrevendo, entre editoriais, artigos e resenhas, cerca de 40 títulos na RB. Ainda em 1954, participa do “Comitê de Ação” como um dos principais líderes. Em 1956 defende tese de Livre Docência na Faculdade de Direito da USP com o tema “Diretrizes para uma política Brasileira”. É aprovado, mas não assume.

Com o movimento encetado pelos intelectuais paulistas pela escola pública, Caio Prado se engaja nele assinando o “manifesto” de 1959 e, no ano seguinte, viaja à Rússia. Na sua permanente busca de conhecimento, em 1962, viaja a Cuba, visitando também o Nordeste brasileiro, em companhia do geógrafo Manuel Correia de Andrade. Em 1963, foi à Alemanha Ocidental. Recebe o Prêmio Juca Pato como intelectual do ano em 1966 e, no ano seguinte, viaja a Quebec a fim de participar do Congresso de Filosofia, empreendendo ainda uma viagem pela América do Sul, passando pela Argentina e Santiago do Chile, onde visita brasileiros exilados naquele país.

Outra vez se exila no exterior, no ano de 1970, desta vez no Chile, retornando ao Brasil a fim de se apresentar às autoridades militares. É detido e julgado, sendo absolvido por unanimidade em 1971. Participa como debatedor do Seminário promovido pela



UNICAMP, em 1977, sobre a Questão Agrária. Em 1983 foi tema de uma abrangente exposição realizada pela Secretaria de Estado de Cultura e pelo Arquivo do Estado de São Paulo e da II Jornada de Ciências Sociais, promovida pela Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, em 1988, ano em que é contemplado com o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia (Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq, área de Ciências Humanas). Em 1990, morre deixando um legado sobre a formação social brasileira e o exemplo de luta pelas transformações da sociedade.

### 3 – CONTINUIDADES E RUPTURAS

Apesar da agitação nas atividades políticas e do seu percurso intelectual denso em produção, Caio Prado Júnior, pela coerência que apresenta em sua obra, mostra uma argumentação onde pode-se entrever uma continuidade de suas teses apresentadas desde o seu primeiro livro de 1933, até o seu polêmico e discutido *A Revolução Brasileira*, de 1966. Toma, desde a inauguração como ensaísta, o materialismo histórico como instrumento teórico para analisar a formação brasileira, até sua proposta de revolução. Nesse percurso, seus livros repetem continuamente a questão da empresa mercantil como o “sentido” da colonização, a grande exploração e o trabalho escravo como suporte a essa empresa e à herança desse processo na formação da sociedade brasileira. A questão do mercado interno é uma constante em seus escritos, assim como a formação da nacionalidade.

Sua preocupação, enquanto intelectual e militante político, é no sentido de buscar no passado colonial a explicação para as questões colocadas no presente. Pode-se dizer que seus escritos contêm uma história diferente, posto que ele “*não buscava uma reconstrução do passado. Era uma tentativa de interpretação histórica materialista*” (Fernandes, 1989, p. 32). É uma forma distinta de buscar explicações no passado para se entender o presente com uma curiosidade fecunda e abrangente, que o coloca à frente das discussões.

No que tange ao que se convencionou chamar de rupturas presentes no seu itinerário, deve

ser lembrado que rompe com sua classe de origem – a burguesia – para lutar pela organização e libertação da classe trabalhadora. Rompe com a política oficial e com o esquema explicativo sobre o Brasil, então corrente. Como estilo de pensamento, funda uma interpretação do Brasil pouco usual na sua época. Essa façanha é ressaltada pela coragem e ousadia pois “*teve a fibra de romper com esse circuito, que também era um círculo de ferro*”, demonstrando que “*houve uma quebra da lealdade, uma ruptura de classe a que ele pertencia e a classe que faria dele o que ele quisesse, com o talento e a fortuna de que dispunha*” (Fernandes, 1989, p. 33). Com todas essas condições favoráveis, nunca recuou na opção que fez.

Com decisões radicais e convicções ideológicas firmes, em 1966 rompe com o PCB ao criticar suas concepções acerca da realidade brasileira e da ação transformadora defendidas por essa agremiação, marcando assim sua trajetória político-intelectual, com coerência e ousadia. Esses ingredientes o colocam no panteão daqueles que construíram o Brasil não só com idéias, mas com ação.

### BIBLIOGRAFIA

- 1 - CRUZ, Dalcy da Silva. *Caio Prado Júnior: uma biografia marcada pela ruptura*. Texto apresentado no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Lisboa, 04 de julho de 1994.
- 2 - FERNANDES, Florestan. A visão do amigo. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP/Brasiliense/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989. p. 27 - 39.
- 3 - IGLESIAS, Francisco. Introdução. In: IGLESIAS, Francisco (Org.). *Caio Prado Júnior: história*. São Paulo: Ática, 1982. (Coleção Cientistas Sociais).
- 4 - KONDER, Leandro. A façanha de uma estréia. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP/Brasiliense/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1989. p. 132 - 140.

- 5 - PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação marxista da história brasileira*. São Paulo: Empresa Gráfica "Revista dos Tribunais", 1933.
- 6 - \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Livraria Martins, 1942.
- 7 - SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (Coleção História e Sociedade).